



CATÁLOGOS TEMÁTICOS: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA ÁREA DE HISTÓRIA

*Denise Aparecida Soares de Moura¹
Nayara Vignol Luchetti
Juliana Leopaci*

RESUMO

Este é um relato de experiência extensionista na área da História. O objetivo do trabalho foi organizar o acesso a uma correspondência de diversos tipos produzida pelas câmaras coloniais do Brasil entre os séculos XVII-XVIII e enviada para o Conselho Ultramarino, órgão da administração central do Império português e seus domínios, situado em Lisboa. Originalmente manuscrita, essa correspondência foi digitalizada pelo projeto Resgate Barão do Rio Branco junto a uma infinita variedade de outras tipologias de documentos, distribuídos em 380 mídias digitais e trazidos para o Brasil por volta do ano 2000, ocasião das comemorações dos 500 anos dos Descobrimentos. Estudantes do curso de História criaram um catálogo temático que selecionou exclusivamente essa correspondência, localizando-a em cada uma dessas mídias.

Palavras-chave: Documentos. Câmaras municipais. Catálogo.

THEMATIC CATALOGUES: EXTENSION WORK IN THE AREA OF HISTORY

ABSTRACT

This work describes an extension project in the area of History. The goal was to organize access to various types of correspondence produced by the colonial councils in Brazil during the 17th and 18th centuries, which were sent to the Overseas Council (the administrative center of the Portuguese Empire) located in Lisbon. Originally in manuscript form, these correspondences were digitized by the Barão do Rio Branco Rescue Project, together with many other types of documents, and were brought to Brazil as 380 CD-ROMs in around the year 2000, at the time of the commemoration of the 500th anniversary of Brazil's discovery. History undergraduate students constructed a catalogue locating the correspondence in each of the CD-ROMs.

Keywords: Documents. Municipal council. Catalogue.

¹ Doutorado em História Econômica (USP). Docente do Departamento de História. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, SP. Contato: dmsa1@yahoo.com.br.

CATÁLOGOS TEMÁTICOS: EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EN EL CAMPO DE HISTORIA

RESUMEN

Este es un relato de experiencia de extensión en el campo de Historia. El objetivo del trabajo ha sido organizar el acceso a una correspondencia producida por las cámaras coloniales del Brasil, entre los siglos XVII y XVIII y enviados al Consejo de Ultramar en Lisboa. Esas correspondencias fueron escaneadas por el Proyecto Rescate Barão de Rio Branco y traídas a Brasil a mediados del año 2000, durante las conmemoraciones de los 500 años del descubrimiento de Brasil, en 380 soportes digitales. Los estudiantes de Historia han creado un catálogo que proporciona la ubicación de estas correspondencias en los soportes digitales.

Palabras clave: Documentos. Cámaras municipales. Catálogo

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão *As Câmaras nos documentos do Arquivo Ultramarino: catalogação digital das cartas camarárias do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”* foi uma experiência extensionista na área de história do Brasil-colônia e que produziu um catálogo temático a partir de uma coleção de documentos manuscritos e já disponíveis em formato digital. O objetivo do catálogo foi otimizar o acesso a esse material de pesquisa, reunindo-o em um catálogo exclusivo e que informa a sua localização em 380 mídias, nas quais já se encontra reproduzido e misturado a uma variedade de outros tipos documentais.

Os testemunhos do passado, fornecidos pelos registros de diversas naturezas – como os escritos, plásticos ou sonoros - são um dos meios de elaboração do conhecimento histórico, mas também fazem parte do patrimônio cultural de uma determinada sociedade.

Para além da construção de uma identidade nacional, as pessoas, de um modo geral, interessam-se pelo passado de seu país, inclusive para saber como era a sua vida, seus sentimentos e como sua sociedade funcionava*. Ou seja, o conhecimento histórico tem uma dimensão acadêmica, cultural e política, mas também antropológica. Se não, porque tantas pessoas se enfiavam no Louvre, como disse um dos principais teóricos da História do século XX ([VEYNE, 1995, p. 45](#)).

Em virtude dessa dimensão antropológica do conhecimento histórico, o historiador pode fazer mais do que apenas construir narrativas históricas, mas também pode dar visibilidade e acessibilidade aos testemunhos do passado, que fazem parte do patrimônio cultural de homens e mulheres. Alguns projetos vêm sendo exemplares neste sentido². É essa dimensão da História que se encaixa na demanda extensionista da Universidade.

Um dos principais desafios da extensão é a criação de metodologias e procedimentos próprios à sua natureza, que não é a mesma da pesquisa e do ensino

² Confirmam-se projetos como *Escritos sobre os novos mundos: quatro acervos digitais* – Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França, Prof.^a Dr.^a Susani Silveira Lemos França, Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira, Prof.^a Dr.^a Denise Aparecida Soares de Moura.

acadêmico, embora todas estas áreas estejam relacionadas e permitam o avanço de uma e outra. No campo da história, a experiência extensionista deve adotar metodologias e procedimentos próprios da organização dos testemunhos do passado, o que significa fazer recortes temáticos, cronológicos e organizar conjuntos de documentos. Este é um trabalho mais técnico, embora esteja revestido das influências teóricas do historiador, que influenciarão as suas escolhas temporais, temáticas e dos tipos de testemunhos a serem organizados.

O avanço das tecnologias digitais gerou uma quantidade bastante volumosa de testemunhos do passado que estão em formato de imagem, dispostos em mídias digitais ou ambientes virtuais na internet. Este, sem dúvida, foi um grande passo para a democratização do acesso a esses testemunhos, mas ainda são necessários alguns aprimoramentos para seu uso, como a organização em recortes temáticos ou o estabelecimento de conexões entre testemunhos gerados em uma mesma época, mas em lugares diferentes.

O procedimento do recorte temático foi o inicialmente adotado nesta experiência extensionista, ao selecionarmos as correspondências produzidas pelas câmaras das capitanias do Brasil entre os séculos XVII e XVIII. Ou seja, dentre a vasta e diversificada documentação digitalizada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, foi escolhido o tema “câmaras municipais” no período colonial.

Os documentos produzidos por esta instituição estão distribuídos em 380 mídias digitais organizadas por capitanias. A documentação de cada capitania, como São Paulo, Sergipe, Maranhão, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, dentre outras, foi inventariada em catálogos com verbetes que fornecem referências básicas sobre cada documento.

Contudo, não há a direção dos documentos nas mídias, o que torna deficiente a acessibilidade a esses testemunhos de interesse para a sociedade de um modo em geral, tendo em vista, inclusive, que as câmaras municipais ainda são instituições que fazem parte da vida cotidiana das pessoas e das cidades. Essas instituições organizam e normatizam o espaço e a vida urbana e são o veículo da mais imediata interlocução política dos moradores de um local com os poderes públicos.

A constatação dessa deficiência de acesso ocorreu primeiramente na pesquisa acadêmica³ e a ação extensionista na Universidade. Dada a sua natureza de geração de produtos que contemplem grandes questões político-sociais e que melhorem a qualidade de vida das comunidades, mostrou-se como caminho viável para a sua superação. Isto demonstra o quanto pesquisa acadêmica e extensão na área de história estão conectadas, embora possuam naturezas diferentes.

Como o trabalho do historiador de construir narrativas históricas se dá por meio do recurso aos testemunhos do passado, é nesse momento que ele pode diagnosticar problemas apenas solucionáveis por intermédio de metodologias e procedimentos mais técnicos e que no campo da História dizem respeito à organização temática, cronológica e de acessos, que gerem instrumentos de trabalho para o ensino bem como para a

³ Já há algum tempo venho desenvolvendo pesquisas e orientando trabalhos sobre o governo local na América portuguesa. Cf: Comércio de Abastecimento e conflitos inter-camarários entre Santos e São Paulo (1765-1822). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio César de Almeida. **Temas Setecentistas**: governos e populações no Império português. Curitiba: UFPR: SCHILA-Fundação Araucária, 2009, p. 517-534 e William Andrade Funchal. Dinâmicas do poder local: as câmaras do Rio de Janeiro e Salvador em uma conjuntura de transferência de poderes (1679-1766), projeto de Iniciação Científica em andamento e financiado pela FAPESP, processo n. 2013/00094-5.

pesquisa acadêmica da disciplina, mas que, além disso, dê visibilidade organizada a bens documentais que contribuem para preservar a memória de segmentos sociais e instituições.

A formação de catálogos temáticos insere-se nessa perspectiva. A documentação reunida pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, dada a sua diversidade, reúne um manancial de temas de interesse para a história do Brasil e que podem ser sistematizados e ter o seu acesso facilitado tanto para enriquecer aulas de história do Brasil no ensino médio e de graduação do curso de História, como gerar material organizado que favoreça o desenvolvimento de pesquisas nos níveis da Iniciação Científica e da Pós-Graduação.

Os alunos de graduação do curso de História envolvidos em ações extensionistas como estas têm a oportunidade de obter uma formação complementar. O objetivo da ação extensionista é justamente a de formar o aluno de maneira integral e não apenas acadêmica. Ou seja, o aluno pode aprender que os testemunhos produzidos em uma determinada época não são apenas objetos de seu domínio, cuja função é a de serem submetidos à sua interpretação para a geração de um conhecimento acadêmico em História. Eles também têm uma dimensão antropológica e, portanto, devem ser disponibilizados para a sociedade de um modo geral, para que ela própria também possa construir as suas percepções, tirar conclusões, ter acesso e desenvolver um espírito preservacionista sobre algo que faz parte do seu patrimônio histórico-cultural.

Ou seja, o aluno pode aprender que os testemunhos produzidos em uma determinada época não são apenas objetos de seu domínio, cuja função seria a de se submeterem à sua interpretação para a geração de um conhecimento acadêmico em História, mas que também, graças a sua dimensão antropológica, devem ser disponibilizados para a sociedade de um modo geral, para que ela própria também possa construir as suas percepções, tirar conclusões, ter acesso e desenvolver um espírito preservacionista sobre os objetos que fazem parte do seu patrimônio histórico-cultural.*

Câmaras municipais: um objeto de interesse histórico da historiografia e da memória institucional do Brasil

As câmaras municipais são uma das instituições políticas mais antigas de que se tem notícia, pois remontam à própria antiguidade romana ([ZENHA, 1948](#)). Desde os anos 2000 a historiografia brasileira foi beneficiada por novos paradigmas interpretativos que contribuíram para a atribuição de valor histórico a temas, como as câmaras municipais, formas de governo local, que permitem uma compreensão do papel proativo de regiões da América no colonialismo da época moderna ([BICALHO, 2001, p. 143-166](#)).

Essas instituições tiveram a função de formalizar a relação da população que habitava o Brasil-colônia com o reino, dando-lhes sentido de pertencerem a uma entidade macro político, como a do Império português, possibilitando-lhes um canal de representação, tanto local, como diante do rei e seus conselheiros. As câmaras também foram responsáveis por organizar o espaço e a vida social e econômica das vilas e cidades da colônia.

A importância desta instituição na hierarquia do Estado da época revela-se em seu privilégio de se corresponder diretamente com o rei para fazer solicitações, reclamações ou mesmo sugestões que pudessem alterar decisões tomadas pelo reino em relação a assuntos tão contundentes da rotina dos municípios e de seus habitantes, como os da cobrança de tributos.

Parte dessa correspondência também era dirigida para o secretário do Conselho Ultramarino, órgão central da Coroa portuguesa, criado em 1642 para administrar seus domínios como Brasil, Índia, São Tomé, Guiné e Cabo Verde.

Todas as capitâneas do Brasil tiveram câmaras instaladas em suas vilas e cidades e essas instituições produziram milhares de tipos de depoimentos redigidos por seus escrivães e que versaram sobre os mais variados assuntos, como elogios ou denúncias de arbitrariedades cometidas por diversos agentes (governadores, bispos, ouvidores, provedores e funcionários régios em geral), reclamações sobre os valores de tributos ou falta de moeda, sugestões para o desenvolvimento da economia de suas regiões, dentre outros.

Atualmente, em cada cidade do Brasil existe um prédio da câmara municipal, onde prefeitos, vereadores e outros funcionários municipais se reúnem para legislar e governar o espaço físico e a vida social urbana. Ela é a instituição de interlocução política mais imediata da população. A quem homens e mulheres do passado colonial recorriam quando se defrontavam com a carestia da carne? Seus protestos se dirigiam a essa instituição, que se via na contingência de se dirigir ao rei ou ao Conselho Ultramarino para sugerir revisões nas cobranças de tributos régios, possivelmente a fim de compensar os déficits gerados pela necessidade de atender demandas como estas da população.

No período colonial, a câmara arrematava em leilão o direito de venda da carne, mas era ela que regulava o seu preço de venda ([MOURA, 2011](#)). O estabelecimento de preços mais baixos refletia no número de concorrentes ao direito de venda. Quanto menos concorrentes ao leilão, menor a possibilidade da Câmara de gerar recurso financeiro para si. Não ouvir os protestos das ruas, contudo, era praticamente condenar ao fracasso a governabilidade de um local.

Ainda hoje as câmaras municipais são o canal de interlocução imediata da população e as experiências das pessoas do passado na relação com essa instituição e o comportamento delas próprias diante dos poderes centrais são temas de interesse mais amplo do que meramente acadêmico, dizendo respeito, ainda, à própria memória da vida urbana.

O trabalho de construção de um catálogo temático a partir da documentação do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate)

O *Projeto Resgate* teve início em 1995 através de um acordo oficial firmado por autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). Seu objetivo principal foi de reproduzir e dar acessibilidade a documentos disponíveis em arquivos de países europeus que tiveram suas histórias relacionadas à do próprio Brasil no período colonial. A partir de 1996, o Ministério da Cultura assumiu essa missão e passou a coordenar o *Projeto Resgate*, uma ação bilateral Portugal/Brasil que fez parte dos trabalhos das comemorações dos 500 anos do descobrimento. Essa iniciativa, de grande valor para a preservação da memória histórica nacional e democratização do acesso ao patrimônio documental brasileiro, mobilizou a comunidade científica, empresas privadas e várias instituições estatais (agências de fomentos à pesquisa, universidades, secretarias de estado da cultura, prefeituras, fundações, arquivos estaduais, Ministérios da Cultura, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores etc.), em um total de mais de 110 instituições públicas e privadas, brasileiras e portuguesas e mais de uma centena de pesquisadores que realizaram um verdadeiro mutirão de identificação e reprodução de documentos históricos.

Esse trabalho gerou aproximadamente a reprodução de 150.000 documentos dos sécs. XVI-XIX (cerca de 1,5 milhão de páginas manuscritas) referentes a 18 capitâneas da

América portuguesa e que até então estavam depositados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), o maior acervo de documentação colonial do Brasil preservado no exterior. Cada Estado correspondente a uma antiga capitania ficou responsável pela publicação do catálogo com verbetes que forneciam informações básicas dos documentos, como título, autoria, ano e localização física na instituição de origem.

Ao todo foram gerados 20 catálogos em papel, reunindo um total de 27 volumes, quatro guias de fontes e 380 CD-ROMs de documentos digitalizados. Contudo, há ainda certas dificuldades em relação à acessibilidade desse material. No Brasil, os arquivos estaduais e alguns centros de documentação e pesquisa histórica vinculados a universidades públicas receberam a coleção destas mídias digitais, mas sem os catálogos correspondentes a todas as capitanias. Somente a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, possuem a coleção completa dos catálogos.

Por outro lado, esses catálogos impressos não oferecem organização da documentação por temas, mas apenas a disponibiliza em ordem cronológica. Outra deficiência diagnosticada nesses catálogos é a sua ausência de diálogo com as mídias, ou seja, eles não oferecem a localização dos documentos nos CDs.

O Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília⁴ vem se esforçando por disponibilizar essa documentação no ambiente virtual da internet e viabilizar o seu acesso por meio de um banco de dados, mas os resultados ainda não são satisfatórios e os campos de seu banco não contemplam Assuntos, que poderiam gerar a rápida identificação de uma temática ou fonte geradora de um documento, como as câmaras municipais. Como o pesquisador, então, ainda depende fortemente das mídias para acessar essa documentação, ainda é necessário criar instrumentos que otimizem a sua utilização.

Nos últimos anos do século XX, quando se iniciaram os trabalhos do Projeto Resgate, o tema da organização da informação digital não havia alcançado consistência entre arquivistas e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Atualmente a vasta quantidade de matérias, nos mais diversos campos do conhecimento, disponibilizados no ambiente virtual da internet ou em mídias digitais, vem exigindo a otimização da sua acessibilidade e a experiência extensionista relatada neste texto teve a intenção de contribuir nesse sentido.

Descrição dos procedimentos/e ou estratégias de intervenção

A equipe que desenvolveu o catálogo temático e de localização da correspondência camarária disponível na documentação digitalizada pelo Projeto Resgate foi formada por duas alunas do curso de História da UNESP do câmpus de Franca, sob minha orientação. Após eleger a temática da correspondência das câmaras, o procedimento de pesquisa adotado foi o de autoria, ou seja, identificar e levantar todos os documentos em que a câmara, por intermédio de seus oficiais e funcionários, havia sido produtora e remetente.

Durante o levantamento dessa documentação, percebemos, contudo, que a câmara também era um assunto tratado em diversos tipos de documentos escritos por outras autoridades da colônia, como governadores, ouvidores e provedores. Essa

⁴ Disponível em: <www.cmd.unb.br/resgate>.

constatação nos fez concluir que era necessário inventariar e inserir no catálogo temático os manuscritos que tinham a câmara como assunto.

Como não dispúnhamos dos 20 catálogos impressos que arrolam a documentação do *Projeto Resgate*, a equipe fez uso de um catálogo geral em formato eletrônico que compreende a matriz desses catálogos em papel produzidos para cada capitania.

Esse catálogo geral abriga subcatálogos que contêm o inventário de documentação da América, África e Oriente, ou seja, domínios de Portugal na época moderna. Dentro do subcatálogo América existem ainda outros subcatálogos, sendo um deles denominado Brasil. Dentro deste há ainda mais outros 20 subcatálogos que correspondem às capitanias. A descrição dessa dinâmica pode ser observada na seguinte ilustração:

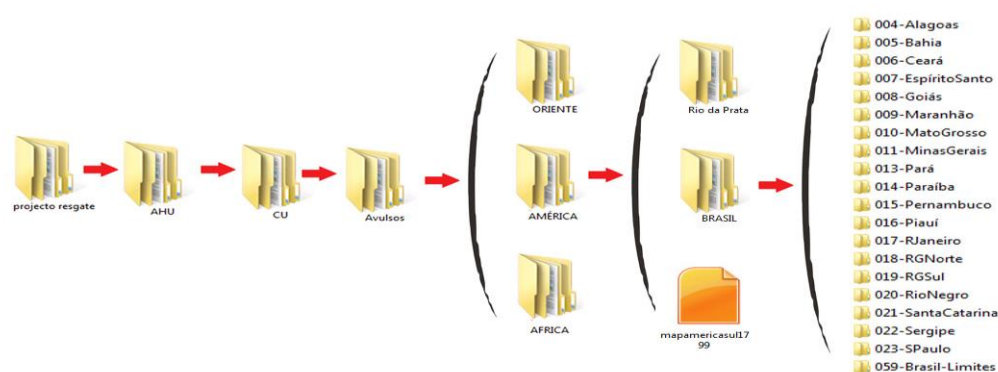


Figura 1. Catálogo eletrônico do Projeto Resgate Barão do Rio Branco

No interior dos subcatálogos referentes a cada capitania estão arrolados os verbetes dos documentos criados pelos pesquisadores responsáveis pelo levantamento, a organização e a reprodução dessa documentação no Arquivo Histórico Ultramarino. O inventário dessa documentação foi feito em ordem cronológica e com a indicação da sua localização física no Arquivo, não havendo, contudo, indicação da sua localização nas mídias digitais. Abaixo há um modelo dos tipos de verbetes criados:

22 1714, Outubro, 20, Santana de Parnaíba

CARTA dos oficiais da Câmara de Santana do Parnaíba ao rei [D. João V] sobre o motim de alguns moradores contra as atitudes do desembargador sindicante Antônio da Cunha e acerca da vinda do desembargador sindicante André Leitão de Melo, que vinha especialmente para punir os culpados. Solicitam por dificuldade de locomoção dos acusados para o Rio de Janeiro ou Bahia, que se possam ser julgados pelo ouvidor geral de São Paulo, cumprindo suas penas, se for caso, na cadeia da cidade de São Paulo e que os degredos sejam enviados para os sertões da mesma capitania.

AHU-São Paulo, cx. 1, doc. 16

AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 22.

[\(ARRUDA, 2000, p. 53\)](#)

Após identificar documentos como esses nos verbetes dos catálogos, o pesquisador deve ir para a sua localização física em formato de imagem nas mídias digitais. Contudo, o verbete não fornece, como se pode ver acima, o lugar do documento na mídia. No interior destas, as imagens dos documentos estão dispostas em pastas e subpastas. Cada imagem tem uma numeração, que cumpre o papel de um localizador na mídia, como se pode observar abaixo:

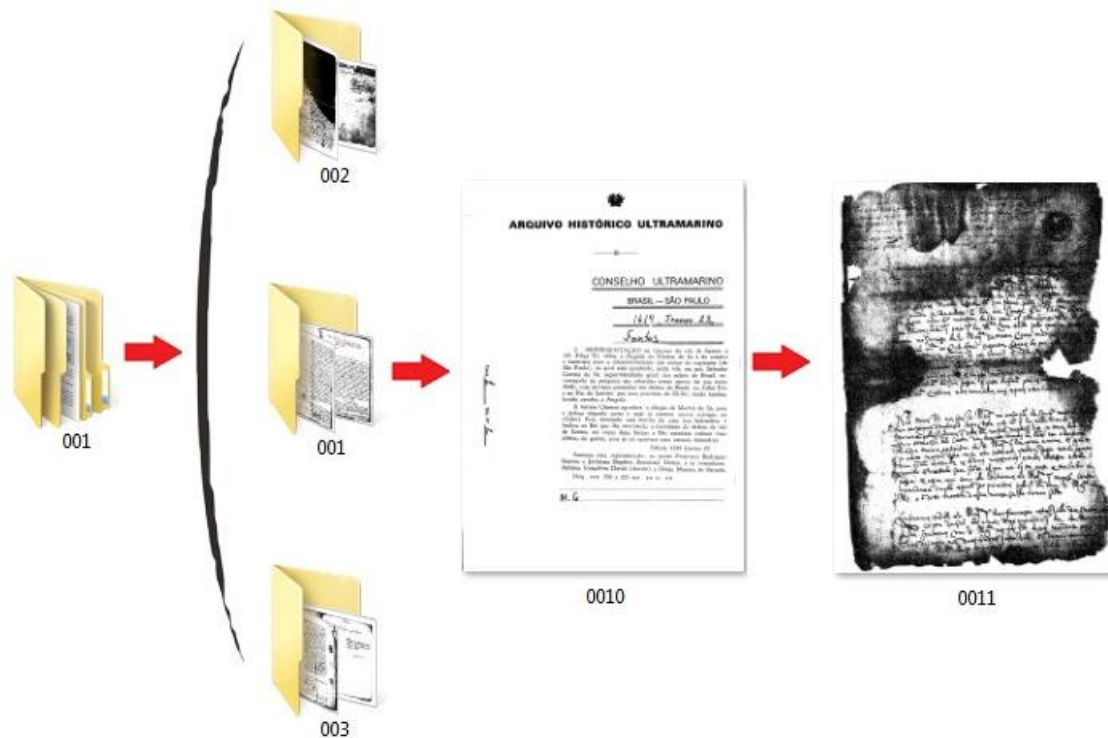


Figura 2. Documentos nas mídias do Projeto Resgate Barão do Rio Branco

Dados como esses, ou seja, o número da pasta, subpasta e imagem do documento não são fornecidos pelo catálogo impresso ou eletrônico, o que torna bastante moroso o trabalho do pesquisador que deseja localizar um documento.

Em um primeiro momento, e como se tratava da confecção de um catálogo temático, a tarefa da equipe extensionista foi levantar, por intermédio dos verbetes de todos os subcatálogos das capitanias, os documentos referentes à câmara como remetente ou assunto.

Este levantamento e organização do material obedeceram a critérios próprios do campo do conhecimento da História, ou seja, o tempo é uma categoria que dá inteligibilidade a esta forma de conhecimento (BLOCH, 2001, p. 51)⁵; logo, estabelecer recortes cronológicos foi nosso primeiro passo. A natureza administrativa das correspondências enviadas para o Conselho Ultramarino nos fez estabelecer recortes

⁵ BLOCH, Marc. **A apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 55 => Observação: (a) o número da página constante nesta nota não é o mesmo que se encontra no corpo do artigo; (b) é preciso rever esta maneira de fazer a referência bibliográfica, pois as obras já estão elencadas no final, nas “referências bibliográficas”.

cronológicos no campo da história política do Império português. Assim, as periodizações foram as seguintes:

1642-1696 – quando foi criado o Conselho Ultramarino, órgão central da administração portuguesa encarregado de administrar suas conquistas. Toda a comunicação burocrática gerada por funcionários nomeados ou eleitos para ocupar cargos públicos no Brasil era enviada para esse órgão. A partir de 1696, a Coroa decidiu implantar o cargo de juiz de fora, ou seja, um funcionário régio, que competiria em poderes com o juiz ordinário, um oficial da câmara.

Na prática, poucas câmaras receberam esse funcionário. De qualquer modo, na medida em que o catálogo temático dizia respeito justamente às câmaras, era pertinente o estabelecimento dessa data limite final para a primeira periodização, pois ela dizia diretamente respeito à história da instituição.

1696-1750 - o período de expansão para o interior do Brasil e descobertas das zonas minerais seguida do advento do reinado de D. João V, iniciado em 1706 e terminado em 1750, quando foram implantadas várias câmaras na região de Minas Gerais com o propósito de controlar o volume de população que se deslocou para essa região do Brasil.

1750-1777 - o reinado de D. José e o ministério de Sebastião José...o famoso Marquês de Pombal.

1777-1812 - reinado de D. Maria e o Ministério de D. Rodrigo de Souza Coutinho (secretário de estado dos domínios ultramarinos e marinha, 1796-1802/1808-1812 ministro da guerra e dos negócios estrangeiros. Momento crucial na história da modernização do Império português.

1812-1822 - fase da movimentação política que culminaria na formalização da independência do Brasil em relação a Portugal.

A discussão desses recortes cronológicos que nortearam o levantamento da documentação foi um passo importante para os alunos compreenderem o papel do recorte temporal na análise histórica. O tempo, não linear, mas formado por diferentes processos com durações distintas, conforme sistematizou o grande historiador dos Annales, Fernand Braudel, abriga a dinâmica dos contextos e é a partir dele que o historiador constrói a sua interpretação, distinguindo-se de outras áreas das ciências humanas voltadas à construção de conceitos atemporais ou exclusivamente à interpretação dos textos. É a partir da conceituação dos processos e fenômenos políticos, econômicos ou culturais no tempo que o historiador pode medir as suas transformações e persistências e com isto contribuir para a reflexão em torno de problemas que afligem ou despertam interesse e curiosidade nas sociedades do presente.

Vencida essa etapa de discussão no campo da metodologia na pesquisa histórica, a equipe deu início ao levantamento dos documentos e a sua inserção nas planilhas que formaram um banco de dados no programa Libre Office Calc. Essas planilhas foram divididas, portanto, por capitanias e, dentro delas, ficaram os recortes cronológicos acima descritos.

Após o banco de dados ser completamente alimentado com os documentos, a equipe empreendeu o trabalho de localizar cada documento nas mídias, fornecendo sua localização na pasta, subpasta e imagem. Assim, o catálogo temático digital alcançou o seguinte formato:

Tabela 1. Verbetes do Catálogo Temático elaborado na ação extensionista

| Verbetes | Localização na mídia |
|---|----------------------------------|
| 1714, Outubro, 20, Santana de Parnaíba CARTA dos oficiais da Câmara de Santana do Parnaíba ao rei [D. João V] sobre o motim de alguns moradores contra as atitudes do desembargador sindicante Antônio da Cunha e acerca da vinda do desembargador sindicante André Leitão de Melo, que vinha especialmente para punir os culpados. Solicitam por dificuldade de locomoção dos acusados para o Rio de Janeiro ou Bahia, que se possam ser julgados pelo ouvidor geral de São Paulo, cumprindo suas penas, se for caso, na cadeia da cidade de São Paulo e que os degredos sejam enviados para os sertões da mesma capitania. AHU-São Paulo, cx. 1, doc. 16 AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 22. | Cd.Avulsos 01; P.1; P.1; 109-115 |

Como se pode perceber, o catálogo temático-digital estabeleceu uma conexão entre o verbete do catálogo eletrônico/impresso com a mídia, passando a fornecer a informação “localização” do documento no suporte digital. Esse resultado alcançado pela equipe será agora disponibilizado on line para o amplo público em formato de livro, com o título “Nas ondas do oceano: o patrimônio histórico-documental das câmaras do Brasil-colônia no acervo do Conselho Ultramarino”, graças ao apoio do Programa de Publicações Digitais da Extensão Universitária, uma iniciativa conjunta entre a Pró-Reitoria de Extensão Universitária e a Fundação Editora UNESP.

Problemas enfrentados, soluções encontradas e novas aprendizagens

No processo de confecção desse catálogo, foram realizadas reuniões regulares para discussão do andamento, reformulações da metodologia e dos modos de sistematização dos dados. Enfrentou-se uma série de adversidades que nos levaram a algumas alterações do plano inicial de trabalho. A equipe também teve a oportunidade de conhecer melhor a documentação do Projeto Resgate e constatar algumas deficiências técnicas de reprodução digital dos microfimes. Há documentos, por exemplo, que estão completamente ilegíveis, em razão de seu próprio estado de deterioração na ocasião da microfilmagem e digitalização, bem como por causa do nível menos avançado dessas técnicas no momento de sua aplicação, os anos 2000. Alguns documentos estão arrolados no catálogo, mas não estão nas mídias.

O manuseio dessa documentação do Conselho Ultramarino possibilitou aos alunos, em certa medida, compreender a lógica administrativa oficial da colônia. Alguns documentos de certas capitanias, por exemplo, foram encontrados junto a outras. Foi esse o caso da capitania de São Paulo, com algumas correspondências alocadas junto às do Rio de Janeiro ou alguns papéis do Piauí, agregados aos da capitania do Grão Pará e Maranhão. Isso significa que a lógica da administração da colônia não foi fixa, tendo ocorrido alterações ao longo do tempo que alteraram a posição político-administrativa das capitanias ([PRADO, 1940, p. 301-302](#)).

O critério geográfico, de acordo com os limites político-administrativos contemporâneos, contudo, foi o que prevaleceu, o que é muito criticado por alguns historiadores ([CANAS, 2006](#)). Ao constarem essa questão, os alunos puderam compreender que o trabalho de preservar e dar acessibilidade a documentos pode gerar distorções e, portanto, é importante que o historiador compreenda a dinâmica administrativa de uma época antes de tomar qualquer iniciativa de organização de acervos documentais, especialmente quando ainda não sofreram qualquer tipo de intervenção, pois o modo de organizar uma documentação também conta uma história.

Em alguns momentos, o trabalho de rastreamento da correspondência da câmara nos verbetes do catálogo também precisou ser reiniciado, porque os alunos se depararam com alguma informação nova. Notou-se, por exemplo, que alguns verbetes não incluíam a palavra câmara, embora o documento tivesse sido produzido por um oficial ou funcionário dessa instituição, como um vereador, um juiz ordinário ou um juiz de órfãos, escrivão dos órfãos, alcaide, quadrilheiro, almotacé, tesoureiro, distribuidor, inquiridor, juiz de vintena ou juiz vintenário. Assim o procedimento de rastrear a documentação apenas pelo tema eleito, ou seja, câmara, teve de ser alterado, passando a incluir também a dos seus funcionários. Para tanto, realizou-se uma pesquisa sobre a estrutura funcional dessa instituição ([SALGADO, 1985](#)).

Conforme os documentos da câmara como remetente e como assunto foram localizados, a equipe decidiu criar novas sistematizações dos dados, que deveriam ser discutidas na introdução do catálogo. Assim, os documentos foram separados por nome de vila e tipologia. Com isso, os alunos tiveram de realizar uma pesquisa, especialmente em sítios eletrônicos, como o do IBGE e prefeituras, ou em livros sobre história dos municípios, para identificar se houve alteração ou não de suas denominações.

Também decidimos criar tabelas com a quantidade de documentos emitidos por cada capitania e por cada vila ou cidade de capitania. Essa foi uma maneira de termos uma ideia da dinâmica da comunicação entre poderes locais e metrópole portuguesa na época.⁶

CONCLUSÃO

A ação extensionista em História pode envolver a organização de catálogos temáticos que otimizem o acesso a bens histórico-documentais que tanto contribuam para o ensino e a pesquisa na área como para a disponibilização de um patrimônio que pertence à sociedade.

Documentos históricos de diversas naturezas, como os escritos, plásticos e sonoros, são apenas depoimentos de uma época que permitem ao historiador construir uma narrativa que gera a produção de um conhecimento histórico, de acordo com suas opções teórico-metodológicas. Mas esses mesmos documentos, que nas mãos do historiador são um meio de trabalho, têm também uma outra dimensão antropológica.

As pessoas dispendem horas em museus, em filas de exposições de caráter histórico, há um mercado consumidor para revistas e livros sobre os mais diversos temas da história porque existe uma curiosidade pela vida e funcionamento das sociedades do passado.

⁶ João Fragoso vem coordenando um projeto intitulado “A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil que trata especificamente desta questão.

O projeto *As Câmaras nos documentos do Arquivo Ultramarino: catalogação digital das cartas camarárias do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”* procurou preencher as necessidades dessa dimensão antropológica do conhecimento histórico, pois ele se encaixa nas demandas da ação extensionista, que prevê o desdobramento do conhecimento produzido na universidade em produtos que gerem desenvolvimento intelectual, aprimoramento educacional e melhoria da qualidade de vida das comunidades.

A partir de uma vasta documentação produzida no período colonial e já disponível em formato digital, estudantes do curso de História organizaram o acesso a um conjunto específico de documentos relativos a um tema: a correspondência das câmaras municipais das capitanias do Brasil com o Conselho Ultramarino e o rei.

Originalmente, o acesso a esta documentação era dado por verbetes de catálogos eletrônicos ou impressos referentes a cada capitania. Os documentos em si estão arrolados em formato de imagens em mídias digitais. Catálogo e mídia, contudo, não dialogam, pois os verbetes dos documentos não fornecem a sua localização nas mídias. O projeto extensionista do catálogo digital estabeleceu esse diálogo e gerou um instrumento de trabalho que agiliza o acesso a um material que pode ser usado tanto no ensino médio e de graduação do curso de História como na pesquisa acadêmica.

Muitos outros catálogos temáticos podem ser elaborados com esse mesmo material. Mas há também muitos outros testemunhos de época distribuídos no ambiente virtual da internet como se estivessem em ambientes físicos, ou seja, dispostos de modo segmentado e desconexo. A extensão na área de História, com iniciativas como a do catálogo digital da documentação das câmaras, é certamente um caminho para a produção de um conhecimento histórico de caráter mais global, ao mesmo tempo que um meio para a formação mais integral dos futuros historiadores.

SUBMETIDO EM 28 out. 2013
ACEITO EM 5 fev. 2015

Referências

[ARRUDA, J.](#) **Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1644-1830), catálogo 1.** Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP: IMESP, 2000.

[BICALHO, M. F. B.](#) História do Brasil. História moderna. História moderna, história do poder e das idéias políticas. In: ARRUDA, J. J.; FONSECA, L. A. (Org.). **Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio.** Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001. p. 143-166.

[BLOCH, M.](#) **A apologia da história ou ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

[CANAS, A.](#) **O AHU e o IICT: documentação, memória e história.** Disponível em: <<http://www.iict.pt/dociict/LE06082902.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2013.

[MOURA, D. A. S.](#) Relações de poder e interesse no comércio da carne da cidade de São Paulo (1765-1822). In: MOURA, D. A. S.; CARVALHO, M. M. de; LOPES, M. A. **Consumo e abastecimento na história**. São Paulo: Ed. Alameda, 2011. p. 219-244.

[PRADO JÚNIOR, C.](#) **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1940.

[SALGADO, G.](#) **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

[VEYNE, P.](#) **Como se escreve a história**. 3. ed. Brasília, DF: EDUNB, 1995.

[ZENHA, E.](#) **O município no Brasil, 1532-1700**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.